

Reforma do Código Florestal

Substitutivo vai para a Câmara

A COMISSÃO Especial presidida pelo deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), criada para proceder a reforma do Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771/65) e a Lei de Proteção das Florestas Existentes em Nascentes dos Rios (7.754/89), aprovou no dia 6 de julho último, por 13 votos a favor e 5 contra, a versão final do substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei 1.876/99 e outras cinco propostas apensadas (PLs 4.520/04, 4.395/08, 5.020/09, 5.226/09 e 5.367/09).

O substitutivo segue agora para o Plenário da Câmara, com votação prevista

para novembro próximo, após as eleições de outubro.

Para ampliar a discussão, a comissão especial já realizou seis audiências públicas na Câmara, inclusive com os ministros do Meio Ambiente e da Agricultura. Fora da Câmara, foram realizadas mais de 60 audiências em 21 cidades de 16 Estados. A matéria deveria ter sido apreciada no último dia 15 de junho, mas a votação foi postergada para 21 de junho e depois remarcada para 28 de junho. Posteriormente, a data definitiva ficou para 6 de julho.

O texto aprovado pode regularizar a situação de 90% dos 5,2 milhões de pro-

dutores rurais brasileiros, que estariam atualmente na ilegalidade. Além disso, os estabelecimentos agropecuários empregam mais de 16,5 milhões de pessoas, quase 20% dos trabalhadores do Brasil.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 851 milhões de hectares do território brasileiro, 329,9 milhões de hectares são áreas para produção. Deste número, quando se subtraem 99 milhões de hectares de matas naturais e florestas e mais 12 milhões de áreas consideradas impróprias, sobram 219 milhões de hectares para a agropecuária. É um quarto do território nacional, índice bem abaixo de outras nações.

O objetivo básico do substitutivo é consolidar as áreas que já estão em uso na agricultura e proibir o desmatamento nos cinco anos posteriores à promulgação da lei. Uma saída para o problema complexo de realizar a necessária reforma do Código Florestal, de modo a atender às necessidades da produção de alimentos, fibras e biomassa, com a preservação do meio ambiente. Será impossível agradar a gregos e troianos. ■

Principais mudanças em discussão

- **Moratória de cinco anos**

Art. 47 – Pelo período de cinco anos contados da data de vigência desta Lei, não será permitida a supressão de florestas nativas para estabelecimento de atividades agropecuárias, assegurada a manutenção das atividades agropecuárias existentes em áreas convertidas antes de 22 de julho de 2008 [nesta data entrou em vigor o decreto 6.514, que proíbe financiamentos por bancos estatais a proprietários acusados de extração ilegal de madeira].

- **Resgate do direito adquirido**

Art. 49 – Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que comprovarem a manutenção de vegetação nativa na área de reserva legal nos percentuais exigidos na forma da legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão ficam dispensados de recomposição.

- **Plano de Regularização Ambiental (PRA)**

Propriedades de até 4 [quatro] módulos fiscais estão isentas da obrigação de ter reserva legal. Áreas desmatadas antes de 22 de julho de 2008 são consideradas áreas consolidadas e não poderão ser penalizadas pelo prazo de cinco anos por falta de reserva legal (RL) e do uso de área de preservação permanente (APP).

Após os cinco anos, o Estado ou a União criarão as regras do PRA com base em estudos técnicos.

- **Reserva legal (RL)**

Deverão ser regularizadas no que exceder a quatro módulos nos seguintes percentuais:

Amazônia Legal: 80%, podendo ser reduzidos para 50%;

Cerrado: 35%;

Demais regiões: 20%, podendo ser am-

pliada em até 50% pelo PRA.

Sugestão de modificação em plenário:

Permitir o cômputo das APPs no cálculo do percentual de reserva legal.

- Se preservada ou em recuperação.
- Desde que não implique em desmatamento.
- O proprietário deverá promover o cadastro da propriedade no órgão ambiental.
- Instituir servidão florestal nas áreas que já possuem RL averbada e que pela soma das APPs ultrapassem o percentual previsto.

Outros itens importantes para modificação:

Art.3º, VIII – Definir olho d'água como afloramento intermitente e estabelecer um raio de 50m do olho d'água como APP.

Art. 24. Manter a validade dos termos de ajustamento de conduta já assinados.

§9º Manter a aplicação das penas de apreensão e embargo.